



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 1417/2018/CGIMA-DIVI/CGIMA/DI/SFC

PROCESSO Nº 00190.106183/2018-13

INTERESSADO: CGIMA

1. ASSUNTO

1.1. Reforma Trabalhista. Jornada de Trabalho 12 x 36 horas. Aplicabilidade da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, aos contratos iniciados antes da vigência e que continuaram em vigor após 11/11/2017, quando passou a ser aplicável a Lei nº 13.467/2017.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.
- 2.2. Nota Técnica nº 24099/2017-MP, de 05 de janeiro de 2018.
- 2.3. Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, de 14 de maio de 2018.
- 2.4. Orientações expedidas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

A publicação da Reforma Trabalhista no ano passado, Lei nº 13.467, impactou de forma direta a composição de custos dos serviços terceirizados contratados pela Administração Pública federal, estadual, municipal e distrital.

Posteriormente, foi publicada a Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro, que também promoveu alterações na legislação trabalhista; contudo, perdeu eficácia em 23 de abril de 2018, gerando incertezas quanto à aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017 aos contratos celebrados anteriormente a 11 de novembro de 2017, data em que o aludido normativo legal inaugurou seus efeitos. Tal fato se deve à redação inserta em seu Art. 2º, vez que anunciava que o disposto na Lei nº 13.467/2017 se aplicaria, na integralidade, a todos os contratos de trabalho vigentes, inclusive aos celebrados anteriormente ao dia 11 de novembro de 2017.

A Lei nº 13.467/2017 impacta de forma direta os custos dos contratos de serviços terceirizados, em especial o Módulo 1, Composição da Remuneração. Contudo, tem-se observado, a partir da realização de ação de controle voltada para avaliação dos contratos de serviços terceirizados, que muitos órgãos e entidades não efetuaram a revisão de seus contratos de modo a ajustá-los ao novo normativo, evidenciando falha de *compliance*, o que *per se* reveste-se em potencial prejuízo ao Erário, vez que as empresas contratadas não se encontram mais obrigadas a efetuar ao pagamento de determinadas rubricas provisionadas na planilha de custos e formação de preços.

4. ANÁLISE

A Lei nº 13.467/2017 promoveu alteração dos custos das verbas constantes do Módulo 1, Composição da Remuneração, da planilha de custos e formação de preços para os contratos de serviços terceirizados, especialmente naqueles em que é adotada a jornada 12 x 36 horas. Nesse contexto, temos o Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intrajornada. No que tange aos Adicionais Noturno e Hora Extra no Feriado Trabalho, foi realizada consulta pela Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Planejamento e Gestão, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGPLAG/CGU) à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seges-MP), em que solicitou posicionamento da Secretaria quanto a legalidade em promover-se a revisão contratual frente às repercussões da reforma trabalhista nos contratos de serviços terceirizados prestados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO).

Em resposta ao Ofício nº 20518/2017/CGPLAG/DG/SFC-CGU, de 21 de novembro de 2017 (SEI 4974960), a Seges expediu a Nota Técnica nº 24099/2017-MP, datada de 05 de janeiro de 2018, em que se concluiu acerca da viabilidade da alteração contratual quando da superveniência de nova legislação alterar a composição da formação dos preços contratados pela Administração, gerando, portanto, a obrigação da revisão contratual por meio de termo aditivo, com fulcro no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. Posteriormente, em 26 de fevereiro de 2018, no mesmo sentido, o Portal de Compras do Governo Federal expediu orientações sobre os “impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração”. A informação se encontra disponível no endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/orientacoes-e-procedimentos?id=880>

Nesse diapasão, a Lei nº 13.467/2017, por meio do parágrafo único do Art. 59-A, afastou a aplicação das Súmulas 444 e 60 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nos contratos de serviços terceirizados em regime de jornada 12 x 36 horas ao estabelecer que a remuneração mensal percebida pelo trabalhador abrange, respectivamente, os feriados e as prorrogações de trabalho noturno.

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação. (Grifos nossos)

Destarte, deve ser excluído da planilha de custos e formação de preços o provisionamento para o Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado (Súmula 444) e redimensionado o pagamento de Adicional Noturno para o período laborado entre as 22 horas e 5 horas, totalizando 7 horas de trabalho noturno e eliminando, portanto, a prorrogação da jornada no período noturno, ou seja, expurgando o período compreendido entre as 5 e 7 horas estabelecido pela Súmula TST 60, inciso II. Para tanto, considerando que o valor provisionado pela empresa compreende o período de 9 horas (das 22 horas às 7 horas), deve-se ajustar a remuneração do Adicional Noturno na proporção 7/9 do valor atualmente constante da planilha de custos e formação de preços.

Sobre o tema, resumidamente, seria de bom alvitre que as instâncias fiscalizadoras da despesa pública se manifestassem, na brevidade possível, no sentido de que a União deixasse de pagar em dobro para quem trabalha em feriados e também pelo adicional nas prorrogações de trabalho noturno àqueles com jornada compreendida entre 12 horas seguidas de 36 horas de descanso.

A Lei nº 13.467/2017 promoveu alterações, quantitativa e qualitativa, no Intervalo Intrajornada. Em relação ao aspecto quantitativo, de acordo com o § 4º, Art. 71, a não concessão ou a concessão parcial do Intervalo Intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento apenas do período suprimido**, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, caso a Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho assim disponha (Art. 611-A, inciso III). Anteriormente à Reforma Trabalhista, a remuneração a título de Intervalo Intrajornada era referente a totalidade do período do descanso conferido ao empregado, independentemente da parcela suprimida. Consequentemente, os órgãos e entidades devem proporcionalizar o valor previsto atualmente na planilha de custos e formação de preços ao período efetivamente suprimido do descanso do empregado, contudo, observando o limite mínimo conferido para o Intervalo Intrajornada.

Em relação à alteração qualitativa do Intervalo Intrajornada, o § 4º, Art. 71 promoveu mudança na natureza dessa verba, conferindo caráter indenizatório, ou seja, o valor devido ao empregado deixa de integrar o conceito de remuneração e, portanto, deixa de sofrer a incidência dos encargos referentes a décimo terceiro salário; férias; adicional de férias; encargos previdenciários; Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS); e outras contribuições. Assim, a rubrica Intervalo Intra jornada deve ser excluída do Módulo 1, Composição da Remuneração, e integrar um módulo apartado na planilha de custos e formação de preços ou ser incluída no módulo referente aos benefícios mensais e diários, sofrendo incidência apenas quanto ao Módulo dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

É mister destacar que na hipótese de o órgão ou entidade não ter efetuada a revisão contratual em virtude do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, deve apurar, na maior brevidade possível, se os valores despendidos pelas empresas contratadas para as rubricas Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intra jornada observaram as regras dispostas pela Lei da Reforma Trabalhista a partir de 11 de novembro, o que requereria por parte da Administração, além de providenciar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com base no § 5º, Art. 65, da Lei nº 8.666/1993, efetuar glosa das faturas emitidas a partir do mês de dezembro tendo em vista o descompasso com os valores provisionados na planilha de custos e formação de preços; ou as condições estabelecidas pela legislação anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, o que demandaria apenas o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a partir do momento em que iniciar o procedimento de revisão contratual.

Contudo, não podemos perder de vista que anteriormente a 11 de novembro de 2017 os valores provisionados a título de Intervalo Intra jornada repercutiam no recolhimento da Contribuição Previdenciária e depósito de FGTS, portanto, deve ser verificado, mesmo no pressuposto de que as empresas contratadas efetuem os pagamentos aos empregados conforme as condições estabelecidas pela legislação anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, se o valor efetivamente recolhido para cada empregado observou a norma anterior ou a atualmente vigente, o que poderá, conforme o caso, ensejar a retificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

Por fim, quanto à perda da eficácia da Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro, o Ministério do Trabalho aprovou, por meio de seu Ministro de Estado, o Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, de 14 de maio de 2018, que concluiu que mesmo a perda de eficácia do Art. 2º da MP 808/2017, a qual estabelecia de forma explícita, apenas a título de esclarecimento, a aplicabilidade imediata da Lei nº 13.467/2017 a todos os contratos de trabalho vigentes, não modifica o fato de que esta referida lei é aplicável de forma geral, abrangente e imediata a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT (Decreto-lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943), inclusive, portanto, àqueles iniciados antes da vigência da referida lei e que continuaram em vigor após 11/11/2017, quando passou a ser aplicável a Lei nº 13.467/2017.

Em que pese os efeitos práticos da manifestação jurídica por meio do Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU se restringirem apenas aos órgãos autônomos e entidades vinculadas daquela Pasta por força do Art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, pode-se considerar um caminho a ser observado por servidores de outras Pastas, sobretudo quanto aos aspectos fiscalizatórios e da aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017; até mesmo porque há relação com o contido no inciso VII do Art. 50 da Lei nº 9.784/1999, haja vista tratar-se de parecer técnico à guisa de boa prática administrativa.

É certo que, ao adotar-se as ações descritas anteriormente, cada órgão e entidade, além de adequar os preceitos da Lei nº 13.467/2017 aos contratos de serviços terceirizados, promoverá uma redução contratual de aproximadamente 9,51% e 11,80% do valor contratado, respectivamente, para os postos de vigilante diurno e noturno armado, enquanto, para os postos de brigadistas diurno e noturno, os benefícios financeiros alcançam, nesta ordem, 2,34% e 4,28%. Para ambas as categorias foram adotadas os valores constantes nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

A partir de todo o exposto, os órgãos e entidades devem observar as diretrizes dispostas a seguir de modo a providenciar adequação dos respectivos contratos de prestação de serviços terceirizados à Lei nº 13.467/2017, caso não tenham sido adotadas:

a) Proceder a revisão contratual com base no Art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, celebrando termo aditivo em virtude das seguintes alterações na planilha de custos e formação de preços:

a.1) Expurgar a rubrica referente ao Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado do Módulo 1, Composição da Remuneração, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Art. 59-A, da Lei nº 13.467/2017;

a.2) Proporcionalizar os custos com a rubrica Adicional Noturno ao período noturno das 22 horas às 5 horas, tendo em vista a extinção da prorrogação da jornada de trabalho noturno após as 5 horas prevista pela Súmula TST 60;

a.3) Excluir a rubrica referente ao Intervalo Intrajornada do Módulo 1, Composição da Remuneração, e alocá-la em módulo apartado ou no módulo referente aos custos mensais e diários, tendo em vista tratar-se, a partir da nova redação conferida ao § 4º, Art. 71, de verba de caráter indenizatório; e

a.4) Adequar o valor da rubrica Intervalo Intrajornada ao período efetivamente suprimido do descanso do empregado, tendo em vista que a partir da nova redação conferida ao § 4º, Art. 71, a remuneração devida ao empregado refere-se apenas ao período suprimido e não a sua integralidade.

b) Apurar se as empresas contratadas efetuaram a partir de 11 de novembro de 2017 o pagamento das rubricas referentes ao Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intrajornada aos seus empregados em conformidade com a Lei nº 13.467/2017, o que, em caso afirmativo, demandará abertura de procedimento administrativo para apuração do "quantum" pago a maior, e da respectiva glosa nas faturas vincendas, após oportunizar às empresas contratadas o contraditório e a ampla defesa; e

c) Verificar se os valores recolhidos a título de Contribuição Previdenciária e os depósitos efetuados para o FGTS pelas empresas contratadas a partir da competência novembro/2017 tiveram como referência as disposições da Lei nº 13.467/2017 ou da legislação vigente anteriormente o que poderá, conforme o caso, ensejar a retificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

d) Encaminhar a esta Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas quanto à adequação dos contratos de serviços terceirizados prestados com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) à Lei nº 13.467/2017, informando, ainda, os respectivos benefícios financeiros alcançados com a implementação das aludidas medidas saneadoras pelas Unidades subordinadas e vinculadas.

6. ENCAMINHAMENTO

Encaminhar às Unidades Jurisdicionadas para adoção das providências recomendadas no item 5.

DESPACHO do [nome do cargo da autoridade]

[Digitar aqui o texto do Despacho]



Documento assinado eletronicamente por **JOAO LUIZ DOMINGUES, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 01/06/2018, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA BARBOSA MEDEIROS COSTA, Chefe de Serviço**, em 01/06/2018, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RODRIGUES, Chefe de Serviço**, em 01/06/2018, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **PAULO RICARDO GRAZZIOTIN GOMES, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente**, em 01/06/2018, às 11:02,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir>

informando o código verificador 0739579 e o código CRC 41B71079

Referência: Processo nº 00190.106183/2018-13

SEI nº 0739579